

GLOBALIZAÇÃO E A INCLUSÃO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E AS CATEGORIAS DE VALORES DA LOGOTERAPIA

GLOBALIZATION AND SOCIAL INCLUSION: CONSIDERATIONS FOR EDUCATION AND VALUES CATEGORIES LOGOTHERAPY

Karen Costa Guedes, Ana Carolina Diniz Alves, Danielly Costa Roque Vieira, Sarah Xavier Peixoto Vasconcelos, Glória Neves Dutra Escarião

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Esse estudo trata-se de uma revisão da literatura, objetivando tecer uma reflexão sobre a globalização e suas implicações na educação e nos processos de exclusão - inclusão das pessoas com deficiência. A globalização é entendida como processo de integração econômica, social, cultural, política, gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de globalizar os mercados. Desde a Antiguidade, as pessoas com deficiência são excluídas da sociedade e, atualmente, há uma disparidade entre o discurso e a prática da acessibilidade e da inclusão nesse contexto educacional e social. Assim, as três categorias de valores da Logoterapia aparecem como possibilidades para essa inclusão, visto que possibilitam à pessoa com deficiência uma reinterpretação da sua condição de vida.

Palavras-chave: Globalização, Educação, Inclusão, Valores.

ABSTRACT

This study deals with a review of the literature, aiming to weave a reflection on globalization and its implications for education and the processes of exclusion/inclusion of people with disabilities. Globalization is understood as a process of economic, social, cultural, and political integration, generated by the dynamics of capitalism's need to globalize markets. Ever since ancient times, people with disabilities have been excluded from society; and currently there is a disparity between the discourse and practice of accessibility and of inclusion within a social and educational context. Thus, the three categories of values of Logotherapy appear as possibilities for this inclusion, given that they permit people with disabilities a reinterpretation of their living conditions.

Keywords: Globalization; Education; Inclusion; Values.

Vivemos na era da globalização e a educação no contexto globalizado toma relevância à questão da inclusão social, sob os mais diversos prismas em sociedades democráticas. Desse modo, as articulações aqui expostas buscam o exercício de aproximação que se pretende entre globalização e educação, em uma perspectiva inclusiva, apoiada com as categorias de valores da Logoterapia.

Partindo do fato de que se trata de um fenômeno real, embora complexo, apontando de modo limitado para as implicações sócio-políticas e econômicas neste amplo espectro, iremos enumerar algumas das suas características gerais a fim de compreender a globalização em seu modo mais amplo.

Conforme o sociólogo alemão Ulrich Beck (1997), com o termo globalização, são identificados processos que têm por consequência “a subjugação e a ligação transversal dos estados nacionais e sua soberania através de atores transnacionais, suas oportunidades de mercado, orientações, identidades e redes” (Beck, 1997, p.28). Por isso, há diferentes visões sobre este processo, onde se percebem algumas divergências entre estudiosos que defendem a globalização e aqueles que a criticam, contudo, não se trata de um conflito *stricto sensu* sobre a globalização, mas sobre a prepotência e a mundialização do capital.

Porquanto, a busca das respostas para os problemas sociais gera o inconformismo resultante das provocações de uma realidade ainda excludente, que se apresenta com inúmeras interfaces contraditórias que mexem com as emoções daqueles comprometidos com a utopia de transformar a realidade no presente com a possibilidade do futuro.

Entretanto, em meio ao contexto da globalização na sua face excludente, discute-se a emancipação. Esta discussão vem acontecendo de forma tão intensa adquirindo novos contornos, redefinindo contextos, objetivos e meios, inclusive as subjetividades das lutas sociais e políticas (Santos, 2002).

Numa perspectiva contra-hegemônica, em oposição ao paradigma da modernidade, Santos apresenta propostas alternativas como forma de superação por meio da análise crítica da realidade atual, assentada na abordagem que afirma o pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da própria existência. “O desconforto, o inconformismo ou a indignação perante o que

existe suscitam o impulso para teorizar a sua superação” (Santos, 2001, p. 23).

Nesta perspectiva, o autor apresenta o conceito de cosmopolitismo e propõe o trabalho de tradução dos conceitos e concepções sobre o significado da vida humana, sobre o mundo, a sociedade, o Estado, as políticas públicas e sobre os processos de exclusão ainda presentes e que envergonham a humanidade.

A importância do trabalho de tradução se dá na definição ou redefinição de cada momento histórico a partir do processo de reconceitualização das ideias, concepções sobre o mundo, a natureza, a pessoa humana, a sociedade, a educação e a própria vida, no exercício permanente de uma contra-hegemonia em razão da emancipação humana.

Os desafios que se destacam no momento atual centralizam a luta em razão da construção de uma nova sociedade que supere a opressão e a exclusão sociais. O movimento de reação contra a globalização na visão economicista está emergindo por meio de outro processo, que supõe alianças entre movimentos, lutas, organizações contra a exclusão social, que acontecem em todas as partes do mundo.

O surgimento de novos estudos sobre o processo de globalização vem apontando outro horizonte como resultado de resistências que se fortalecem e que se configuram em outro paradigma denominado de “Paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente”. Um paradigma científico – um conhecimento prudente - e um paradigma social – uma vida decente (Santos, 2001, p.74).

A globalização traduzida na perspectiva desse novo paradigma é construída a partir da organização “da base para o topo da sociedade” e visa a analisar iniciativas, organizações e movimentos progressistas nos cinco domínios sociais: democracia participativa; sistemas alternativos de produção; multiculturalismo; justiça e cidadania culturais; luta pela biodiversidade entre conhecimentos rivais e novo internacionalismo operário.

Segundo Santos, devemos acreditar na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas de formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. Contudo, faz a observação de que o “pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe” e, neste sentido, as práticas e os pensamentos

emancipatórios consistem em ampliar as possibilidades por meio da experimentação e da reflexão sobre alternativas que apontem sociedades justas (Santos, 2002, p.25).

Nesta concepção, o potencial emancipatório das propostas alternativas econômicas não capitalistas, em curso, aponta a perspectiva dos movimentos sociais, das comunidades e das organizações que resistem à hegemonia do capitalismo e aderem às alternativas econômicas baseadas nos princípios não capitalistas.

As tensões entre a diferença e a igualdade, entre a exigência de reconhecimento da diferença e de redistribuição são hoje expressas pelos termos multiculturalismo, justiça multicultural, direitos coletivos, cidadanias plurais. Os movimentos e as iniciativas emancipatórias enfrentam as tensões ao indicarem noções e concepções inclusivas a partir de lutas coletivas que respeitem as diferenças e a dignidade humanas.

Entretanto, destacamos as versões emancipatórias do multiculturalismo que se baseiam no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos (Santos, 2003, p. 33-34).

Acreditamos na possibilidade de construção de um novo projeto de sociedade a partir da superação do projeto que está posto e que precisa ser reavaliado criticamente para surgir um novo projeto de sociedade, visto que há, neste início da primeira década do século XXI, segundo Santos:

[...] o reconhecimento de que há conhecimentos rivais alternativos à ciência moderna e de que mesmo no interior desta há alternativas aos paradigmas dominantes. Com isto, a possibilidade de uma ciência multicultural, ou melhor, de ciências multiculturais é hoje mais real do que nunca (Santos, 2002, p.15).

A globalização não é um processo radicalmente novo. O novo é a globalização reconceitualizada e distinta da “globalização hegemônica”, que exige das camadas populares a continuidade da luta pela cidadania, alicerçada pela consciência das condições de marginalização a que estão submetidos. Supõe resistência à “voracidade com que a globalização hegemônica tem devorado, não só as promessas do progresso, da liberdade, da igualdade, da não discriminação e da racionalidade, como a própria ideia da luta por elas” (Santos, 2002, p.17).

Este artigo, portanto, objetiva refletir sobre o fenômeno da globalização, seus efeitos na área da educação e mais, especificamente, no processo de exclusão – inclusão social e educacional de pessoas com deficiência. Trata-se de uma revisão da literatura sobre a presente temática e busca nas categorias de valores da Logoterapia, possibilidades para essa inclusão.

Em linhas gerais, no tocante à Escola com a qual trabalhamos, podemos adiantar que Viktor Emil Frankl, fundador da Logoterapia, partindo de um fundamento antropológico espiritual existencial, forma uma teoria psicológica centrada no sentido. Ele combate os sistemas fechados (fisiologismo, psicologismo, sociologismo), já que através de nenhum desses três horizontes de compreensão se pode chegar à compreensão total do homem.

Dentre seus conceitos fundamentais, está a concepção de homem, que perpassa pela definição do homem como ser espiritual-pessoal e como ele é capaz de se autodeterminar. Ressalta-se que o homem se orienta, primariamente, para o sentido e os valores, destacando a autotranscendência como constitutivo essencial do homem.

Frankl situa o homem acima e além da esfera vital, meramente mecânico-impulsiva, e o declara livre para uma ação de responsabilidade própria (Bockmann, 1990). De onde se infere que, mesmo a pessoa com deficiência, o homem é livre para a realização de valores e pode responder à vida com responsabilidade, para não cair na sensação de vazio e de falta de sentido da existência.

Vale salientar que o que importa mais é o sentido específico da vida de uma pessoa em um dado momento, já que este está ao alcance do homem, pois pertence ao presente. É o que iremos verificar na situação da pessoa com deficiência, uma vez que “a principal preocupação da pessoa não consiste em obter prazer ou evitar a dor, mas antes em ver um sentido em sua vida” (Frankl, 2008, p. 137).

REFLETINDO SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Libâneo e Oliveira (1998, p. 606) afirmam que “as transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado”, o autor ressalta que a globalização, longe de ser consensual, é um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais.

Neste sentido, algumas das questões que aparecem em decorrência disso são a exclusão social e o desemprego, sendo esta uma forma de globalização onde ocorre a predominância da economia de mercado e do livre mercado. Para Giddens (1993) e Santos (2002), embora divirjam em vários elementos, no que tange à análise da globalização e de suas tendências, ambos concordam que não existem forças mecânicas que assegurem sua reprodução e expansão, mas que para compreendê-la precisamos perceber os conflitos e reações dos atores envolvidos nesse campo de lutas sociais e econômicas.

Além das narrativas dicotômicas sobre a globalização, algumas dualidades são recorrentes na literatura a respeito deste tema. Para Burbules e Torres (2004), existem duas forças principais em operação na ascensão da globalização: a globalização de cima para baixo, um processo que afeta principalmente as elites dentro e através de contextos nacionais, e a globalização de baixo para cima, um processo popular que fundamentalmente emerge das organizações de base da sociedade civil. Ressalta-se neste contraste uma importante dinâmica política que, por sua vez, o uso disseminado obscurece as formas pelas quais essas duas tendências não são inteiramente independentes uma da outra.

Comumente outras dualidades ainda prevalecem entre o global e o local, entre dimensões econômicas e culturais da globalização, entre a globalização, vista como uma tendência para a homogeneização em torno de normas e culturas ocidentais ou de forma ainda mais limitada, norte-americanas, e vista como uma era de maior contato entre culturas diversas, levando a um crescimento que submete diversas áreas aos efeitos materiais e retóricos da globalização.

Percebemos então que a globalização pode ser definida e discutida desde uma perspectiva geral ou a partir de um enfoque, o que nos remete a ideia de Souza Santos (2002), de que não existe "Globalização" e sim "Globalizações", de fato, o paradoxo deste contexto contribui para o rompimento das mais diversas áreas, nos trazendo benefícios e perdas, maleabilidade e complexificação permanente do modo de produção capitalista. Trazendo este discurso para a proposta deste trabalho, as políticas educacionais são projetadas e implantadas segundo as exigências da produção e do mercado, com o predomínio dos interesses dos

países ricos, isto é, daqueles que dominam a economia.

A GLOBALIZAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

O mundo está conseguindo alcançar um grande avanço científico e tecnológico. Temos um processo de globalização que gira em torno do avanço das multinacionais, do poder das comunicações e da revolução técnico - científica que gira em torno do extraordinário desenvolvimento da robótica, da informática e da biotecnologia.

A globalização é um fenômeno social que ocorre em escala global. Esse processo consiste em uma integração em caráter econômico, social, cultural e político entre diferentes países, conforme Ianni (2002) a globalização é um processo que eclodiu por volta de 20 a 30 anos, afetando todos os setores da sociedade.

Com essas transformações em todos os níveis da sociedade, a globalização é tema de muitas reflexões e debates no contexto educacional, muitas vezes vista negativamente (Charlot, 2007). Para o mesmo autor, pensar nas transformações da globalização a nível educacional se faz necessário fazer um percurso na história e pontuar que tudo que era identificado como oposição à educação era tido como do diabo (Charlot, 2007).

Assim, as representações da globalização foram vistas por alguns com caráter puramente negativo, com isso não queremos dizer que essa nova ordem mundial só trouxe benefícios, mas sim os dois lados. Numa economia globalizada em busca de mão-de-obra barata e qualificada, muitas empresas abrem filiais em países emergentes (China, Índia, Brasil, África do Sul, entre outros), gerando empregos nestes países. A globalização faz circular de forma mais rápida e eficiente conhecimentos científicos e troca de experiências. Este aspecto faz com que ocorra de forma mais rápida e eficiente avanços nas áreas de Medicina, Genética, Biomedicina, Física, Química. Com a globalização ocorreu um aumento do intercâmbio cultural entre pessoas de diversos países do mundo. Impulsionado pela Internet, este intercâmbio é importante para ampliar a visão de mundo das pessoas, que passam a conhecer e respeitar mais outras realidades culturais e sociais.

Um dos principais aspectos negativos da globalização é a forte contaminação de vários países

em caso de crise econômica em um país ou bloco econômico de grande importância. O exemplo mais claro desta situação foi a crise econômica de 2008 ocorrida nos Estados Unidos. Rapidamente ela se espalhou pelos quatro cantos do mundo, gerando desemprego, falta de crédito nos mercados, queda abrupta em bolsas de valores, falência de empresas, diminuição de investimentos e muita desconfiança. O mesmo aconteceu em 2011 com a crise econômica na Europa.

De fato, muitas mudanças ocorreram não só no campo econômico, científico, mas também no educacional, e essas mudanças têm ocorrido por um período bastante longo. Burbules e Torres (2004) ao fazer um percurso da educação ao longo da história, percebe que na perspectiva do Iluminismo, nada pode ser mais personalizado, mais íntimo e local, do que o processo educacional em que as crianças e os jovens amadurecem num espaço de aquisição e aprendizagem de sua cultura familiar, regional e nacional. Antes da instituição da educação pública, a educação da elite era conduzida por tutores que trabalhavam com seus pupilos de forma altamente personalizada. A educação da mente, das capacidades e dos talentos do indivíduo era um princípio básico. Em um contexto de classe diferente, para crianças de famílias rurais ou de operários, a educação ou a formação também era uma questão pessoal, gerida pelas famílias e comunidades locais. Encaixar-se em uma comunidade, seja ela uma cultura e forma de vida local ou nacional, pode ser visto como o imperativo educacional que relaciona esses contextos.

Mais adiante, quando a escola foi moldada como instituição pública, permaneceu essa noção de responsabilidade local e familiar pela formação. A ideia de que as escolas agiam *in loco parentis*, reforçada por estruturas políticas que sustentavam o controle da comunidade sobre o processo escolar, situou o aprendiz em uma relação com necessidades imediatas e familiares de aprendizagem: necessidades de identidade, afiliação, cidadania e papéis de trabalho que respondiam a um contexto próximo. Mesmo em sistemas escolares públicos centralizados e nacionalizados, a mesma dinâmica pode ser encontrada invocada em um nível diferente: as políticas impõem conformidade e identificação com uma tradição nacional, uma comunidade maior e um contexto mais amplo de cidadania e responsabilidade social, mas, ainda assim no qual as

condições de afiliação baseiam-se na proximidade e homogeneidade relativa (Burbules & Torres, 2004).

As implicações desse processo educacional, especificamente à medida que ele se torna uma preocupação pública, vão além do objetivo de desenvolver o self individual. Como a economia da educação mostra, a educação do público tem custos e benefícios para a sociedade mais ampla e, assim, não é apenas uma despesa, mas um investimento. Dessa forma, as implicações políticas da educação superam as condições de um indivíduo a ser educado e constituem um conjunto estratégico de decisões que afetam a sociedade maior, de onde vem a importância da educação como política pública e o papel do Estado (Burbules & Torres, 2004).

A INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Um desafio para a política educacional conforme descreve Hall (2000) é a inclusão daqueles que por muito tempo foram e são marginalizados por terem uma deficiência. Os caminhos até então percorridos para que a escola brasileira acolha a todos os alunos, indistintamente, tem se chocado com o caráter eminentemente excludente, segregativo e conservador do nosso ensino, em todos os seus níveis: básico e superior. A proposta revolucionária de incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular tem encontrado outras barreiras, entre as quais se destaca a cultura assistencialista/ terapêutica da Educação Especial.

É inegável que, por estarem pautadas para atender a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista, meritocrático e homogeneizador, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes (Hall, 2000).

A educação se confirma como estreitamente vinculada aos interesses classistas, reforçando inclusive a condição de exclusão social que atinge as pessoas com deficiência. Assim, percebe-se que os maiores entraves e riscos que envolvem sujeitos com deficiência são definidos numa nova razão que tem na educação formal um de seus melhores aliados, pois reproduz uma ideologia que define o ser pela posição social que ele ocupa e o reduz ao que o modelo social lhe outorga (Santiago, 2011).

No desejo de assegurar a homogeneidade das turmas escolares, destruíram-se muitas diferenças que consideramos valiosas e importantes, hoje, nas salas de aula e fora delas. De certo que as identidades naturalizadas dão estabilidade ao mundo social, mas a mistura, a hibridização, a mestiçagem, as desestabilizam, constituindo uma estratégia provocadora, questionadora e transgressora de toda e qualquer fixação da identidade (Silva, 2000; Serres, 1993).

Tanto a escola comum como a escola especial tem resistido às mudanças exigidas por uma abertura incondicional às diferenças. Uma das mais sérias e influentes razões para que essa situação se mantenha é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que mobilizam o professor a rever e a recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela escola para todos. Esses desafios estão sendo constantemente contemporizados por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios (reforço, aceleração entre outros). Falsas saídas têm permitido às escolas comuns e especiais de escaparem pela tangente e de se livrarem do enfrentamento necessário com a organização pedagógica excludente e ultrapassada que as sustenta (Silva, 2000).

Os processos de globalização, seja como forem definidos, parecem ter consequências sérias na transformação do ensino e da aprendizagem, pois estes têm sido compreendidos dentro do contexto de práticas educacionais e políticas públicas, que possuem um caráter altamente nacional (Burbules & Torres, 2004).

A EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

A exclusão social, como afirmou Castel (1998) é processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de aceder a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autônoma dentro das normas sociais enquadrados por instituições e valores num determinado contexto. A seguir segue-se uma síntese do panorama desse processo de exclusão ao longo da história.

A EXCLUSÃO NA ANTIGUIDADE

No Egito, na Mesopotâmia, na Judéia, Pérsia, Babilônia, China, Grécia, Roma ou Índia, as características políticas e a divisão de classe eram fortes e determinavam a vida ou a morte das pessoas com deficiência.

Nessa época, o trabalho árduo e pesado era reconhecidamente importante para o ramo da lavoura, da construção civil, e as pessoas com deficiência ficavam aquém dessa utilidade, não podendo atender a essa expectativa social e laboral. Dessa forma, os mais pobres e escravizados necessitavam de sua força e saúde mental e física para sobreviver, porém, como a saúde estava debilitada devido à deficiência, a morte era uma opção, já que a classe social onde os indivíduos se encontravam era fundamental para essa determinação.

Os médicos da Antiguidade revelavam preocupação em relação à deficiência e se dedicavam aos estudos sobre as possíveis causas. No Egito, por exemplo, uma das áreas de maior interesse foi a cegueira. Pesquisadores acreditam que essa preocupação se deve ao fato da grande incidência de casos na época.

Na Antiguidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar, os gregos os sacrificavam ao célebre deus; em Esparta eram jogados do alto dos rochedos e, em Atenas e Roma eram enfeitados e abandonados nas praças públicas (Santiago, 2011). Há casos de atitudes de rejeição também com pessoas com cegueira ou com deficiência mental e um fator observado era o fato que essas deficiências possuíam tratamentos distintos em relação à classe social, podendo ser sacrificadas ou protegidas. Isto é, a questão social como um definidor da vida e das possibilidades de inclusão, desenvolvimento e aprendizagem.

Em muitas civilizações o Estado proibia a população de alimentar toda criança disforme que encontrasse esmolando nas ruas, pois isto significaria um desperdício sem precedentes para a economia. O mesmo Estado-religioso era orientado, principalmente pelos filósofos a não investir na educação destas pessoas e tinham seu poder legitimado por serem representantes de um ou mais deuses; suas ações, portanto, eram inquestionáveis (Santiago, 2003).

Vale destacar que, entre os povos antigos, a religiosidade exerceu grande influência sobre a

formação de práticas e costumes desenvolvidos para as pessoas com deficiência, porém elas foram reinterpretadas de acordo com o interesse da classe.

A EXCLUSÃO NA IDADE MÉDIA

Sabe-se que a Igreja era a mais importante instituição do mundo medieval, inclusive do ponto de vista educacional, tendo seu poder legitimado pelo Estado. Os membros mais elevados de sua hierarquia eram recrutados entre os nobres. Principalmente a Igreja Católica Romana foi a grande mentora e dominadora do saber necessário ao homem, pois fora de seus princípios, tudo era considerado heresia.

A Igreja tornou-se possuidora de grande patrimônio e recebeu muitas doações daqueles que queriam ser libertos da condenação divina ou que possuíam filhos deficientes, pois a Igreja se encarregava de recolhê-los em troca de indulgências.

Observa-se que nesse período a educação assume características diferenciadas dependendo da classe social a qual pertencia. Segundo Santiago (2011), o primeiro filho de um nobre herdaria o feudo e deveria permanecer nele, o segundo filho deveria seguir a carreira eclesiástica, sendo enviado para os mosteiros e, para os servos, neste sentido, nenhuma educação era necessária, pois os mesmos necessitavam apenas de força física para trabalhar nas lavouras do senhor feudal. Nesse contexto, dependendo da classe de origem da pessoa com deficiência, ela poderia receber cuidados e até educação, ou pelo contrário, mendigar ou depender das obras de caridade da Igreja.

Destaca-se um fator importante na educação de pessoas surdas, no sentido em que à medida que os monges criaram e desenvolveram estratégias de comunicação através das quais o uso da fala deixou de ser determinante para a consideração do ser humano, tais práticas puderam alcançar pessoas com deficiência auditiva.

Quanto às pessoas com deficiência mental, esse foi um período de muito abandono e exclusão social e a única forma assistencialista era no contexto da religiosidade, surgindo, nesse período, o papel dos intercessores divino junto às pessoas, especialmente com perturbações no desenvolvimento ou deficientes mentais.

Segundo Pessotti (1984, p. 4), a Idade Média “implica a tolerância e a aceitação caritativa quanto encobre a omissão e o desencanto de quem

delega à divindade a responsabilidade de prover e manter suas criaturas.” Desse modo, é graças à doutrina cristã, que as pessoas com deficiência têm seu status modificado, ganham a humanidade como característica, já que são possuidores de uma alma.

A EXCLUSÃO NA IDADE MODERNA

É nesse período que surge a institucionalização da deficiência, nas quais as instituições especializadas retiram as pessoas com deficiência do convívio social e a ciência moderna lhe oferece os recursos necessários para que sejam reabilitados e voltem à sociedade.

Como podemos perceber, desde a Antiguidade, a situação para a pessoa com deficiência era complicada, uma vez que possuía o estigma de incapaz de participar da sociedade e de se igualar ao padrão social vigente.

As designações idiota, imbecil, demente, anormal são as expressões mais utilizadas para se referir às pessoas com deficiência, durante os séculos XVIII e XIX e são reflexos desse tipo de enfoque que vê a deficiência como um problema do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou normalização (Santiago, 2011).

A Idade Moderna é marcada pela ascensão da ciência, das Universidades e, atrelado a esse progresso, estava o avanço na tecnologia e nos meios de assistência para atender a pessoa com deficiência. No entanto, a hegemonia da classe dominante ainda é presente e as formas de acessibilidade para esta minoria tinha o custo dispendioso e nem todos podiam pagar por elas. Dessa forma, sendo preciso pagar pelos serviços de saúde e pelos tratamentos e equipamentos que a ciência moderna colocava à disposição da sociedade ou a outra alternativa, também visível nos dias atuais, que seria depender dos serviços de filantropia que ainda restavam.

A EXCLUSÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O século XX é caracterizado como um marco no avanço das tecnologias e uma vasta rede de informações acerca das deficiências, mas a preocupação é se esses recursos estão sendo acessíveis para as pessoas com deficiência de forma geral. Como salienta Santiago (2011), não se pode negar

que a racionalidade científica garantiu avanços no campo do direito, pois as pessoas com deficiência contaram com algumas proteções. Por outro lado, é notável como estão longe de alcançar seus objetivos e ainda precisam lidar com a discriminação.

Para as pessoas que possuem certo recurso econômico, o processo de exclusão pode ficar mais distante, já que estas não dependem da ação do Estado para a acessibilidade. A impressão em braile, a cadeira motorizada, os novos softwares e outras tecnologias assistivas para as pessoas com deficiência, são exemplos de avanços científicos no sentido da inclusão, porém sabemos que nem todos podem ser beneficiados.

AS CATEGORIAS DE VALORES COMO POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

A Logoterapia considera a dialética destino *versus* liberdade. O destino diz respeito às condições biológicas, psicológicas e sociais, às predisposições - seria o reino do real, onde não há mais possibilidades de escolhas e, portanto, não há responsabilidade. Enquanto a liberdade está na área da 3ª dimensão, a *noética*, que consiste nos atos de escolhas diante dos condicionamentos, nesse caso dizendo respeito ao reino das possibilidades, e por isso, ali cabendo a responsabilidade.

Em síntese, dita de maneira figurada, é como se o chão em que pisamos fosse o destino (inevitável) e os nossos saltos estivessem ao nível do campo de liberdade e fôssemos responsáveis para saltar, conscientemente, diante dos feixes de possibilidades, considerando-se que a consciência é o “órgão de sentido”, já que é por meio dela que se pode atingir o conhecimento de algo como revestido de sentido ou não. Segundo Frankl (2007) ela poderia ser definida como a capacidade de procurar e descobrir o sentido único e exclusivo oculto em cada situação.

Para Frankl, assim como o homem, o sentido é único e singular e está na relação com o mundo, logo, a consciência é transcendente e os valores são por ela intuídos. Esclarecendo a diferença entre sentido e valores, poderíamos dizer que enquanto o primeiro está vinculado a uma situação única, os valores são sentidos universais, que se relacionam com a condição humana como tal.

A realidade sempre se apresenta na forma de uma particular situação concreta e, uma vez que cada situação de vida é irrepitível, segue-se que o

sentido de uma dada situação é único. Não haveria então, possibilidade alguma de os sentidos serem transmitidos pela tradição. Somente os valores – que poderiam ser definidos como significados universais – podem sofrer a influência do declínio das tradições (Frankl, 2005).

A consciência é intencionalidade e o ser humano é atraído pelos valores, sendo por meio dos valores vivenciais, criativos e atitudinais, que há a realização de sentido. Ao homem sempre estarão disponíveis essas categorias de valores e, dependendo da circunstância, um vai parecer mais viável que outro. Haverá momentos em que a vida nos exija que realizemos algo para o mundo, por meio de uma obra, um trabalho; em outro, podemos ser enriquecidos (Frankl, 2003) através de nossas vivências, a partir da autotranscendência, por meio da qual nos doamos a algo ou alguém através de um encontro, seja com o ser amado, seja ao contemplar o pôr do sol, por exemplo. E por último, ainda podemos responder à existência a partir dos valores atitudinais, os quais chamam para a atitude de coragem e valentia para encontrar o sentido do sofrimento, já que o sofrimento sem sentido gera o desespero. Essa tomada de posição é possível graças ao autodistanciamento, pois, ao objetivar o sofrimento, diminui a carga afetiva que impulsiona o mesmo.

Sumariando tais valores, Frankl (2003, p. 151) afirma: “O homem realiza criando, os valores criadores; experimentando vivências, os valores vivenciais; e, sofrendo, os valores de atitude”. É através desses valores que o homem busca sentido em sua existência. A vida consiste em uma oportunidade única, singular e irrepitível. Portanto o homem, ao encará-la dessa maneira, está a todo o momento tendo que respondê-la, a fim de configurar, como ser-responsável, a sua área de liberdade, a qual corresponde ao tempo presente.

Na verdade, não podemos questionar sobre o sentido da vida, porque somos nós mesmos que estamos sendo questionados – somos nós que temos de responder às perguntas que a vida nos coloca. E essas perguntas que a vida nos coloca só podem ser respondidas à medida que somos responsáveis pela nossa própria existência (Frankl, 2010).

Ao contrário do que geralmente é apregoado, o homem não deve reagir a estímulos, nem obedecer aos próprios impulsos, mas, sobretudo, responder às questões que a vida lhe

coloca e por essa via realizar os sentidos que a vida lhe oferece.

Para Viktor Frankl, a vida é considerada como rica de possibilidades, ao defender que é possível encontrar sentido em quaisquer circunstâncias, especialmente ante o sofrimento, a culpa e a morte (tríade trágica). É devido ao potencial humano que o homem pode transformar-se, isto é, transformar o seu *sofrimento* em uma conquista e numa realização humana, transformando, desse modo, a dor em uma oportunidade de crescimento; encontrar no sentido de *culpa* motivação para mudar-se a si mesmo e para melhor e, na *mortalidade*, descobrir um incentivo para a realização de ações, com responsabilidade.

A postura de Frankl não é de pessimismo ante esta dimensão humana trágica, mas, sim, realista e até, pode-se dizer, otimista. Ele procura mostrar que há aspectos em nossa condição humana que não podemos mudar, mas que por nossa atitude livre, responsabilmente eleita, podemos transformar a dimensão trágica em lucro, em favor do crescimento humano (Lukas, 2003).

Nesse contexto da Logoterapia, percebe-se a existência de um feixe de possibilidades disponíveis para a pessoa com deficiência, uma vez que o indivíduo não pode ser colocado numa posição de vítima, mas, sobretudo, entendido como um ser humano livre para configurar o seu existir de modo que tenha sentido, através de um ato de responsabilidade diante de suas escolhas.

Os valores criativos, por exemplo, o trabalho realizado, a obra de arte construída, aquilo dado ao mundo são exemplos de superação que as pessoas com deficiência, muitas vezes, conseguem realizar, a fim de dar um sentido para o seu tempo, para a sua vida. Isto é, valorizar o lado saudável, a área que pode ser cultivada.

Os valores vivenciais são aqueles compartilhados entre amigos, companheiros, nas relações interpessoais, relações com o mundo, a exemplo da contemplação do pôr do Sol, do nascer da Lua, isto é, valores que são recebidos pelo mundo, pelo outro. Associações, fundações, institutos, encontro de pessoas com deficiências são momentos importantes para essas vivências, o que pode contribuir para a realização de sentido da vida.

E, por último, os valores de atitude sendo os mais admiráveis, pois consistem nas atitudes diante do sofrimento. Geralmente, as pessoas com deficiência convivem em seu dia a dia com

dificuldades e possíveis limitações em um contexto social em que a realidade está distante de ser aquela disposta nos direitos humanos, o que dita a nossa Constituição Federal no estatuto da pessoa com deficiência. Desse modo, a possibilidade para a inclusão dessas pessoas com deficiência é imprescindível uma atitude de coragem, de valentia ao reconhecer que lidar com a deficiência não retira o sentido da vida, pelo contrário, é oportunidade para configurar um novo existir, isto é, encontrar sentido na vida apesar de tudo, como afirmou Frankl (2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual processo globalizante tornou-se muito mais rápido, mais intensamente acelerado, com a revolução nas comunicações e mesmo com o maior avanço dos meios de transportes em geral. Também tornou-se mais abrangente, envolvendo não só comércio, produção e capitais, mas também serviços, arte, educação etc. Esse processo tem causado muito mais apreensão do que entusiasmo.

No âmbito da educação, surge a reflexão sobre os possíveis efeitos dos processos de globalização que ameaçam a autonomia de sistemas educacionais nacionais e a soberania do Estado como regente soberano em sociedades democráticas. Esses processos apresentam sérias consequências na transformação do ensino e da aprendizagem, pois estes têm sido compreendidos dentro do contexto de práticas educacionais e políticas públicas que possuem um caráter altamente nacional.

Ao longo da história, percebe-se como se deu a educação dos povos e como o processo de exclusão das pessoas com deficiência se deu em uma norma na qual os considerados “inúteis” eram rejeitados, excluídos da sociedade, não fazendo parte das decisões, da participação social, tendo a cidadania prejudicada em um contexto em que o capital, o ‘ter’ e as possibilidades do ‘ter’ imperavam e imperam. Percebe-se, ao fazer essa retrospectiva, que mesmo com os avanços de tecnologias assistidas, nos dias atuais, a exclusão ainda é marcada, uma vez que as divisões de classe marcam essa dicotomia, dos que tem acesso aos avanços e os de classe baixa que, mesmo diante dos avanços, permanecem sem acesso a esses recursos.

Desvelar sobre as causas da exclusão da pessoa com deficiência indica a constatação de uma realidade objetiva e fria, que reforça a supremacia do

‘ter’ em detrimento ao ‘ser’, que vigora nos dias atuais.

As categorias de valores da Logoterapia, isto é, os valores criativos, vivenciais e atitudinais podem ser interpretados, dentre outros contextos, como possibilidades de inclusão da pessoa com deficiência,

ao considerar que mesmo em situações desconfortáveis, de sofrimento, de exclusão, o homem é livre para se posicionar frente as suas limitações e ser responsável para decidir como figurar uma vida com sentido.

Referências

- Beck, U. (1997) *O que é Globalização? Equívocos do Globalismo Respostas à Globalização*. São Paulo: Paz e Terra.
- Bockmann, W. (1990) Sentido na economia e na sociedade. In: Frankl, V. E.; Boschemeyer, U.; Langle, A.; Kretschmer, W.; Bockmann, W.; Funke, G. (1990) *Dar sentido à vida: a logoterapia de Viktor Frankl*. Petrópolis: Vozes.
- Burbules, N.C.; Torres, C.A. (2004) *Globalização e Educação: Perspectivas críticas*. Porto Alegre: Artmed.
- Castel, R. (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Charlot, B. (2007) Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Frankl, V. E. (2007) *A presença ignorada de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- Frankl, V. E. (2008) *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Frankl, V. E. (2010) *O que não está escrito nos meus livros: Memórias*. São Paulo: É Realizações.
- Frankl, V. E. (2003) *Psicoterapia e sentido da vida: fundamentos da logoterapia e análise existencial*. São Paulo: Quadrante.
- Frankl, V. E. (2005) *Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Giddens, A. (1993) *Consecuencias de la modernidad*. Madrid: Alianza.
- Hall, S. (2000) *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: D P&A.
- Ianni, O. (2002) *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização.
- Lukas, E. (2003) *O sentido dos sonhos na psicoterapia em Viktor Frankl*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, J.F., Libâneo, J.C. (1998) A Educação Escolar: sociedade contemporânea. *Revista Fragmentos de Cultura*, 8(3). 597-612.
- Pessoti, I. (1984) *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Santiago, S. A. S. (2011) *A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Santiago, S. A. S. (2003) *Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFPE, Recife, PE.
- Santomé, J. T. (2003) *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed.
- Santos, B.S. (2002) Direito e democracia. "A reforma global da justiça". In: Pureza, J. M.; Ferreira, A. C. (org.) (2002) *A teia global: movimentos sociais e instituições*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B.S. (2004a) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.
- Santos, B.S. (2001) *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

Santos, B.S. (2002) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Boaventura de Sousa Santos (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.1).

Santos, B.S. (2002). *A globalização e as ciências sociais*. 2ª ed. São Paulo: Corte.

Santos, B.S. (2002) *Produzir para viver: os caminhos para a produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.2).

Santos, B.S. (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Boaventura de Sousa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, v.3).

Serres, M. (1993) *Filosofia mestiça: le tiers – instruit*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Silva, T.T. (org.) (2000) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Recebido em: 01/02/2013

Aceito em: 15/02/2013

Sobre as autoras

Karen Costa Guedes. Mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba, Membro do grupo Nous: Espiritualidade e sentido (CNPq), Primeira secretária da ABLAE. E-mail: karen_costaguedes@hotmail.com

Ana Carolina Diniz Alves. Psicóloga, mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba, Membro do grupo Nous: Espiritualidade e sentido (CNPq). E-mail: carolpibja@gmail.com

Danielly Costa Roque Vieira. Especialista em saúde mental, mestranda em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba, Membro do grupo Nous: Espiritualidade e sentido (CNPq). E-mail: daniellyroque@bol.com.br

Sarah Xavier Peixoto Vasconcelos. Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, Membro do grupo Nous: Espiritualidade e sentido (CNPq). E-mail: sarah_xpv20@hotmail.com

Glória Neves Dutra Escarião. Professora doutora da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões.